
**ABERTURA DAS ACTIVIDADES ANUAIS
DO IDN**

Altino de Magalhães

ABERTURA DAS ACTIVIDADES ANUAIS DO IDN (*)

Senhor Presidente da Assembleia da República;
Senhor Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional, em representação de Sua Excelência o Primeiro-Ministro;
Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça;
Exmo. e Reverendíssimo Bispo Auxiliar D. Serafim Ferreira da Silva, em representação de Sua Eminência o Cardeal-Patriarca de Lisboa;
Senhor General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, interino;
Senhor Ministro das Finanças e do Plano;
Senhores Ministros;
Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada;
Senhor General Chefe do Estado-Maior do Exército;
Senhores Embaixadores do Canadá e da Espanha;
Senhores Deputados;
Senhores Oficiais Gerais;
Senhores Adidos Militares;
Senhores Associados da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional;
Senhores Auditores do Curso de Defesa Nacional/83;
Minhas Senhoras, Meus Senhores:

Agradeço a V. Exas., muito sinceramente, a honra da Vossa presença.

A alta consideração que assim demonstram, constitui um forte estímulo para prosseguirmos nos nossos trabalhos. E acarreta-nos acrescidas responsabilidades pelo crédito de confiança que nos testemunham.

(*) Discurso proferido em 29 de Novembro de 1982 pelo Director do IDN, general Altino de Magalhães, na sessão solene de abertura das actividades do IDN em 1982/83.

Uma palavra de especial saudação é devida aos Exmos. Auditores do CDN/83. Renovo a todos os meus melhores votos de feliz sucesso no esforço que se propõem despender neste Curso, ao serviço do nosso País.

- 1 — Com este acto iniciam-se solenemente os trabalhos do IDN de 1982/83.

Vai promover a abertura dos trabalhos o ilustre Assessor deste Instituto, Exmo. Professor Doutor Armando Teófilo da Rocha Trindade, proferindo uma alocução subordinada ao tema «O Cidadão, o Estado e a Defesa».

- 2 — Antes, porém, de passar a palavra ao Senhor Professor Rocha Trindade, permitam-me V. Exas. que apresente um breve apontamento das actividades que vêm sendo desenvolvidas, no cumprimento da missão e das disposições legais que enquadram o funcionamento do IDN.

- 3 — Pode considerar-se que o IDN tem agora, praticamente, quatro anos de actividades. Além de um número apreciável de seminários, de conferências e de estudos sobre temas de grande interesse para importantes sectores da vida nacional, o IDN realizou, nestes quatro anos, quatro Cursos de Defesa Nacional e cinco Estágios Interforças. Estas actividades assumiram já, no seu conjunto, significativa estabilização. Têm-se revelado eficientes para o cumprimento da missão do IDN e caracterizaram já duas áreas de actuação, bem identificadas, ainda que com pontos de ligação entre si:

- Uma, a da preparação ou valorização de quadros civis, dos sectores público e privado, e de quadros militares, dos três Ramos das Forças Armadas, em matéria de defesa nacional, e ainda de realização de estudos e de sensibilização de segmentos importantes da população para esta matéria;
- Outra, a da preparação ou valorização conjunta de quadros militares, dos 3 Ramos das FA, para o estudo de problemas comuns ou de operações conjuntas e combinadas das forças de terra, mar e ar, em complemento da preparação feita, separadamente, nas escolas dos respectivos Ramos.

4 — É neste panorama que o plano de actividades do IDN para 1983 se articula em tarefas que contemplam uma e outra das áreas referidas, compreendendo:

- 1 Curso de Defesa Nacional;
- 3 seminários;
- 6 a 8 conferências, sobre problemas internacionais;
- 4 a 6 conferências, sobre temas nacionais;
- Visitas a regiões do País e do estrangeiro,

destinadas ao tratamento das matérias de defesa nacional. E ainda:

- 1 Estágio Interforças;
- 1 Estágio de Estados-Maiores Conjuntos;
- 1 ou 2 Estágios de Introdução aos Jogos de Estratégia,

destinados ao tratamento das matérias específicas das FA.

De interesse comum para as duas áreas referidas, prosseguir-se-á a edição trimestral da revista «Nação e Defesa», e continuarão também, em permanência, os trabalhos de revisão e actualização do estudo «O País que Somos».

5 — Procurando concretizar um pouco as tarefas acabadas de referir, acrescentarei o seguinte:

- a) *O CDN/83* que hoje se inicia, terá a frequência de 24 Auditores, 15 civis e 9 militares; vai ter a duração de seis meses e constituirá a tarefa nuclear do Instituto;
- b) *Os Seminários* versarão temas a concretizar oportunamente, num critério de contribuir para o estudo e solução de problemas importantes da vida nacional. Em 1982 apenas foi possível realizar um Seminário que se subordinou ao tema «Educação e Defesa Nacional». Teve a participação de cerca de 50 personalidades ligadas ao sector do ensino e da educação;
- c) *As conferências sobre problemas internacionais* serão proferidas por personalidades de reconhecido prestígio internacional. Estão

já programadas quatro conferências, integradas no CDN/83, subordinadas aos seguintes temas:

- «As tendências actuais das relações internacionais»;
- «As tensões no Bloco Leste»;
- «As tensões nas relações Euro-Atlânticas»;
- «Os grandes problemas militares da OTAN».

Estas conferências vão ser proferidas, respectivamente, pelos:

- Professor Pierre Hassener;
- Professora Anne Kriegel;
- Professor Helmut Sonnenfeldt;
- Almirante Harry Train.

d) *As conferências sobre temas nacionais* serão objecto de oportuna concretização dos temas e dos locais de realização. Em 1982 foram realizadas seis conferências subordinadas aos seguintes temas:

- «A Defesa Nacional», proferida na Câmara Municipal de Tomar, pelo então Coronel, Abel Cabral Couto;
- «O significado da posição estratégica Portuguesa», proferida na Universidade dos Açores pelo Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho;
- A mesma conferência foi proferida pelo mesmo conferencista na Universidade Católica Portuguesa, Secção de Viseu;
- «A Indústria e a Defesa Nacional», proferida na Associação Comercial do Porto pelo Engenheiro Joaquim Ferreira do Amaral;
- A mesma conferência foi proferida, pelo mesmo conferencista, na Sociedade Martins Sarmento de Guimarães;
- «A Zona Económica Exclusiva foi tratada em forma de painel na Universidade de Aveiro, comportando a análise dos recursos vivos da ZEE, pelo Comandante José Emílio Cabido de Ataíde; a vigilância e o controlo da Zona, pelo Capitão-de-mar-e-guerra José F. Ferreira da Costa, e, finalmente, a situação da ZEE no quadro do direito do mar, pelo Prof. Doutor Armando Marques Guedes.

Todas as conferências tiveram boa assistência e em todas foi bastante vivo o debate que se seguiu às exposições apresentadas.

- e) *As visitas*, integradas no CDN/83, serão realizadas às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, à Região Norte do Continente e a um país a definir;
- f) *O EIF/83* será frequentado por 25 oficiais, 10 da Marinha, 15 do Exército;
- g) *O EEMC/83* será frequentado por 24 oficiais superiores, a meio das carreiras dos três Ramos das FA; será destinado à preparação desses oficiais para trabalhos em elevados escalões de comando ou estados-maiores conjuntos e combinados;
- h) *De estágios de introdução aos jogos de estratégia*, realizou-se um primeiro estágio em Out/Nov82; vai ser estudado, a partir dos resultados positivos que foram alcançados, qual o desenvolvimento que deve ser dado a esta matéria.

6 — A todos estes trabalhos se entrega, devotadamente, o reduzido pessoal militar e civil dos quadros do IDN.

Mas não seria possível cumprir as tarefas que nos propomos realizar, sem o apoio de altas personalidades da inteligência nacional que generosamente colaboram nos trabalhos do IDN. Estão connosco, nesta sala, algumas dessas altas personalidades. Permitam-me V. Exas. que, nesta oportunidade, lhes preste a minha melhor homenagem pelo seu superior espírito de colaboração e o meu agradecimento de Director do IDN, pelo prestígio e altos serviços que prestam ao Instituto.

7 — Como é sabido, na ausência da definição de um conceito de defesa a nível nacional o IDN formulou e adoptou, desde 1979, para base dos seus trabalhos, um conceito de acção pluri-disciplinar. Pode ser definido como o conjunto de medidas de carácter político, económico, sócio-cultural e militar que permitam enfrentar todas as ameaças que, directa ou indirectamente, possam pôr em causa a segurança da Nação.

A actual Constituição da República define a defesa nacional como obrigação do Estado. E fixa-lhe os objectivos de, cito o texto constitucional, «garantir, no respeito das instituições democráticas,

a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas» (fim de citação).

8 — Este passo do texto constitucional, que acabo de citar, é omissão na indicação dos meios com os quais o Estado se obriga a garantir os objectivos de defesa estabelecidos.

Esses meios são definidos noutras disposições da Constituição, que passo também a recordar e a citar:

«Artigo 9.º: São tarefas fundamentais do Estado:

a) Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam;»

«Artigo 275.º: Às Forças Armadas incumbe a defesa militar da República.»

«Artigo 276.º A defesa da Pátria é dever fundamental de todos os portugueses.»

(Fim de citação).

Verifica-se, destas disposições, que a defesa nacional, tal como é conceituada na actual Constituição, se apoia num conjunto de medidas de carácter político, económico, social, cultural e militar. Trata-se, portanto, de um conceito paralelo ao que já vinha sendo considerado para base dos trabalhos do IDN. Também os objectivos estabelecidos para a defesa nacional não diferem nos dois conceitos; nem as ameaças a enfrentar são diferentes, uma vez que as ameaças ou agressões externas, consideradas na Constituição, não podem deixar de ser entendidas em âmbito global e nas componentes de acção directa e de acção indirecta que lhes são inerentes.

Isto para concluir que, praticamente, não teremos alterações a fazer na orientação e na execução dos trabalhos deste Instituto, face ao conceito de defesa nacional agora expresso na Constituição, no qual esses trabalhos passam, naturalmente, a basear-se. Se há diferenças na forma de apresentação, os dois conceitos coincidem, de facto, na matéria de fundo.

9 — Mas, conforme repetidamente temos afirmado neste Instituto, para além de conceitos ajustados, o que é fundamental em matéria de defesa nacional é a vontade de a exercer. É, portanto, em última análise, o homem, como senhor da vontade, o elemento decisivo da defesa da Nação. A nossa actual Constituição assim o parece entender, ao consagrar que a defesa da Pátria é dever fundamental de todos os portugueses. Sublinho de todos os portugueses, isto é, em termos da Constituição, de todos, sem qualquer excepção decorrente de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.

10 — É, então, a cada um de nós, como cidadão português, que incumbe a obrigação de se educar a si próprio e de promover ou contribuir, dentro das suas responsabilidades sociais e institucionais, para a educação de todos os portugueses, face ao dever da defesa nacional. Isto é, incumbe-nos a obrigação de formar a inteligência, a vontade e o espírito de todos nós para bem cumprirmos, a todo o momento, o dever cívico fundamental de defender a Pátria. A Pátria que, para nós, é Portugal.

Devemos formar e usar a inteligência para nos consciencializarmos, honestamente, dos graves problemas políticos, económicos, culturais, sociais e militares que atravessamos; para encontrarmos os verdadeiros objectivos nacionais que, em todos estes sectores, materializem e assegurem as condições necessárias à defesa da Nação; objectivos que representem e traduzam não apenas o querer de alguns, mas que expressem e concretizem, de facto, o sentir e as aspirações profundas de todos nós; e devemos ainda formar e usar a inteligência para definirmos as acções necessárias à obtenção e consolidação dos meios que nos permitam alcançar esses objectivos, nos diversos sectores.

Devemos criar uma vontade forte de sermos e de continuarmos a ser portugueses; uma vontade forte para nos colocarmos ao serviço da defesa da Nação; para vencermos dificuldades e levarmos por diante as tarefas árduas que temos de realizar nos sectores da política, da economia, da cultura, dos assuntos sociais e das Forças Armadas, para podermos concretizar as condições que nos permitam enfrentar ameaças ou agressões externas, nas

suas componentes directas e indirectas, contra a independência nacional, a integridade do território, e a liberdade e a segurança dos Portugueses.

Devemos, sobretudo, formar o nosso espírito no sentido da solidariedade, da confiança, da união, da paz que deve existir, *que tem de existir*, entre todos nós, portugueses. Só com este espírito poderemos solucionar, em conjunto, os problemas que nos afligem, que são nossos, e que ninguém virá resolver por nós.

- 11 — A experiência dos últimos anos mostra-nos, com evidência, que não é pelo caminho da desconfiança uns dos outros, tantas vezes projectada em actos públicos nacionais; que não é pelo caminho dos conflitos institucionais sistemáticos; que não é pelo caminho da violência, da agressão, da agressividade, das lutas em que são lançados constantemente portugueses contra portugueses; que não é pela disputa, sem mérito, de coisas sem grandeza, que é possível basearmos a defesa da Pátria e construirmos o bem-estar, a segurança, a felicidade seja de quem for.

Parece evidente que, em vez de abrirmos trincheiras de combate, temos de lançar entre nós pontes de ligação, de solidariedade, de respeito mútuo.

Decidimos viver em democracia, mas não basta dizermo-nos democratas para o sermos. Temos de demonstrar, em todos os nossos actos, um procedimento democrático; temos, sobretudo, de respeitar, profundamente, os cidadãos e as instituições democráticas no uso dos seus legítimos direitos.

- 12 — Julgo, entretanto, que podemos e que devemos ter esperanças de melhores dias.

Em cerimónia anterior a esta, terminei as palavras que tive oportunidade de dizer com uma nota de confiança.

Permitam-me V. Exas, que as repita. Disse então:

«Somos hoje um povo traumatizado à procura de um novo rumo. Mas temos, com certeza, a força bastante e o patriotismo necessário para continuarmos Portugal na dignidade com que nos foi legado pelos nossos Maiores.

Não temos que dar ouvidos a derrotismos nem a calúnias. Somos uma Nação com honra. Não decidimos ser, não havemos de ser, nunca, uma Nação de médiocres e de fracos.»

- 13 — Agradeço a atenção de V. Exas. e vou dar a palavra ao Exmo. Professor Doutor Rocha Trindade, para proferir a alocução subordinada ao tema «O Cidadão, o Estado e a Defesa».

Altino de Magalhães
General